

Eurides quer mudança na lei do menor

«Um melhor conhecimento do trabalho do menor proporcionará condições para a elaboração de leis mais justas e com isto avançar alguns passos rumo à tão desejada Justiça Social». Esta é a visão da professora Eurides Brito, candidata do Partido da Frente Liberal à Câmara dos Deputados, sobre o trabalho a ser desenvolvido pela futura Assembléia Nacional Constituinte, que deverá ser eleita em novembro próximo.



Há muito se discute leis de greve salários e outros direitos trabalhistas. Porém, no que se refere ao trabalho do menor, não é dada a mesma ênfase. Eurides vê a necessidade de uma profunda reformulação neste tipo de legislação, pois a atual contém inúmeras falhas. Dentre elas, destaca o choque existente entre o estabelecimento da idade mínima para o trabalho (12 anos) e a faixa de obrigatoriedade escolar (7 a 14 anos).

Retrocesso

“Na verdade, há jovens com menos de 12 anos trabalhando o que significa um retrocesso nos dispositivos constitucionais e também nos avanços da legislação trabalhista brasileira”, afirma Eurides Brito, que aponta ainda a existência de dois grupos de menores trabalhando, para exemplificar estes casos. No primeiro, o de menores com carteira assinada e, no segundo, daqueles que não têm emprego. Num caso, a “elite dos desprivilegiados”, onde ainda é possível conciliar a escola com o trabalho.

Entretanto, lembra a professora, é muito grande o número dos que trabalham sem qualquer vínculo. É fácil encontrá-los na rua ou em empregos domésticos. Crianças e adolescentes perambulando pelas ruas vendendo balas e doces, engraxando sapatos e oferecendo os mais diversos tipos de serviços e mercadorias, tornaram-se cenas habituais que podem nos levar a considerá-las naturais.

“Isto representa um grande risco”, diz Eurides, para quem é necessária uma corajosa tomada de posição. “Não adianta nada cada um lutar por seu lado, como se o mundo fosse composto de gavetas. O homem não é um arquivo burocrático”, afirmou. Caberá aos pesquisadores um estudo que reformule as normas de trabalho deste segmento social, para que a sociedade se reproxime das leis, para que sejam cumpridas.